



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

23 de janeiro 2015



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 23/01/2015
Assunto: Volta às aulas		Página: 27

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO | FIM DAS FÉRIAS

Volta às aulas será em fevereiro no Estado

As aulas da rede pública começam na segunda semana de fevereiro, segundo o calendário do Estado, de Florianópolis e da maioria das escolas privadas de Santa Catarina. Na rede estadual, o retorno à sala de aula está previsto para ocorrer na segunda-feira, dia 9, o mesmo do que em grande parte da rede particular. Na rede municipal da Capital, começam no dia 11 de fevereiro, uma quarta-feira.

São mais de 27 mil alunos (12 mil crianças na educação infantil e 14 mil alunos no ensino

fundamental) da rede municipal de ensino de Florianópolis que retornarão para o novo ano letivo. A medida é válida também para os estudantes dos núcleos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA).

Neste ano, as férias de inverno para os alunos da Capital ocorrerão de 18 de julho a 2 de agosto e o fim das aulas está marcado para o dia 22 de dezembro. A carga horária é de no mínimo 800 horas e 200 dias de trabalho. O primeiro recesso está previsto ainda em fevereiro, nos dias 16 e 17, por causa do Carnaval.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 23/01/2015
Assunto: Educação Superior		Página: 28

DIÁRIO CATARINENSE

Estado abre inscrição para bolsas de graduação

Estudantes matriculados em universidades, centros educacionais e faculdades catarinenses podem se inscrever até o dia 16 de março no Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu). O programa do governo do Estado visa promover a inserção dos jovens catarinenses na educação superior. Em 2014, o Uniedu teve mais de 60 mil estudantes cadastrados e concedeu mais de 30 mil bolsas.

Para efetivar o cadastro ou atualizar é necessário estar matriculado em um curso de graduação em uma instituição cadastrada no Uniedu. A inscrição pode ser feita no www.uniedu.sed.sc.gov.br/graduacao/cadastramento. O processo de seleção será feito pelas universidades e faculdades e pelos centros universitários credenciados.

Segundo o diretor de Educação Superior, Gilberto Agnolin, as bolsas variam de 25% a 100% do valor das mensalidades. O diretor destaca que somente o preenchimento do cadastro pelo aluno não garante a bolsa, devendo atender ainda os editais das universidades, centros educacionais e faculdades.

Além das bolsas para a graduação, o Estado oferece benefícios para pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado, mas as inscrições ainda não estão abertas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 23/01/2015
Assunto: Sisu		Página: 28

DIÁRIO CATARINENSE

Sisu | Direito e Administração foram os mais procurados

Administração foi o curso mais procurado no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e recebeu, até as 16h de ontem, 291.282 inscrições. Logo atrás estão Direito, com 251.987, e Medicina, com 227.894. No total, 2.614.635 candidatos se inscreveram no sistema. O serviço terminou à meia-noite de hoje. As instituições mais disputadas foram as universidades federais do Ceará (176.523 inscrições), de Minas Gerais (175.555), de Pernambuco (169.880), do Rio de Janeiro (166.353), da Bahia (139.848), de Goiás (139.769), da Paraíba (132.987) e de Alagoas (130.572), além do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (130.266) e a Federal Fluminense (127.821).



Veículo: Correio Lageano	Editoria: Geral	Data: 23/01/2015
Assunto: Enem		Página: 03



CORREIO LAGEANO

Enem mostra que jovens têm dificuldade em se expressar

Dos mais de 6,1 milhões de estudantes que prestaram a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2015, mais de meio milhão zerou a redação. O número foi cinco vezes maior que no ano anterior, demonstrando que os jovens estão com dificuldade de expressão. A falta de diálogo, leitura, prática da língua portuguesa são apontados como causas do problema.

Apenas 250 estudantes, em todo o país, tiraram a nota máxima na redação. A professora universitária, mestre em educação e doutora em literatura Danusia Silva percebe, na sala de aula, o que a redação do Enem mostrou: que o jovem se comunica mal. Para ela, a falta de diálogo nas famílias é o primeiro fator para justificar o baixo desempenho. "O indivíduo fala pouco".

As novas mídias são concorrentes, pois isolam o indivíduo e o afastam do diálogo direto. "Eles se limitam a expressões pequenas, curtas e vulgares. Observe como hoje as pessoas usam palavras chulas. Isso é fruto da ausência de comunicação", analisa.

que não cumprem o seu papel devidamente, permitindo que o jovem se expresse de modo falho e descuidado. "Os professores estão despreparados e, principalmente, desprotegidos para exigir mais do aluno. O professor chama atenção, faz a observação e é logo censurado, criticado. O aluno se acha no direito de reclamar à direção. Ele não entende que isso é dever do professor", acrescenta Danusia.

A leitura também está caindo em desuso e, com ele, a prática de redação.

Para a doutora, é por meio da leitura que o indivíduo formula ideias e desenvolve argumentos. Sem ela, é difícil se expressar com objetividade, clareza e correção. "A falta de leitura é a responsável primordial, essencial, da decadência no ensino, no aprendizado. A leitura e a escrita são necessárias, para todas as atividades da vida".

• **SOLUÇÃO** | Separação dos deveres da escola e da família, aliado ao preparo mais eficaz, de modo austero, do professor seria o primeiro passo para mudar a realidade exemplificada pelo Enem. "Como é que um professor com pouca formação, pouquíssima leitura, vai estimular o seu aluno?", questiona. Por isso, o conhecimento e o hábito de ler têm que vir do professor, para que ele possa inspirar o aluno.



Veículo: Correio Lageano

Editoria: Do leitor

Data: 23/01/2015

Assunto: Enem

Página: 22



CORREIO LAGEANO


O Enem e a qualidade de educação no país

LUIZ CARLOS AMORIM *

O resultado do Enem, realizado no final de 2014, não é nada alentador. As notas diminuíram ainda mais, na média geral, mas o desastre maior é em português e matemática. Mais de 500 mil estudantes tiraram zero na redação. Pior: entrevistado o ministro da Educação, ele simplesmente concordou que “não dá pra negar que a educação pública brasileira é ruim.” E ficou por isso mesmo. A nota do Enem serve para admissão no ensino superior nas universidades públicas.

Mas não é de hoje que a educação brasileira vem sendo deteriorada. Primeiro foi a mudança na duração do ensino fundamental, que passou de oito para nove anos. O governo, que dita as regras da educação brasileira, incluiu o pré no primeiro grau, com a desculpa de que algumas crianças mais carentes não podiam fazê-lo. A intenção poderia até parecer boa, mas aproveitaram para mudar também a sistemática de alfabetização, que até então tinha sido eficiente: pelas

novas diretrizes, ensina-se aos pequenos primeiro o “abc” em letra de forma (ou de imprensa) – maiúscula – , depois dá-se sílabas a eles para formarem palavras, mesmo que não façam ideia do que significa o amontoado de letras. Eles aprenderão a ler por “repetição”. Nada das famílias de sílabas, que sempre funcionaram tão bem durante tanto tempo.

 **E o Conselho Nacional de Educação ainda recomenda que nenhuma criança seja reprovada.**

E dessa maneira, as crianças têm muito mais dificuldade para aprender a ler e escrever e é comum encontrarmos alunos de 3º e 4º anos do primeiro grau que não sabem formar palavras ou reconhecê-las, nem sabendo escrever com letra cursiva. Aliás, letra cursiva é uma das coisas mais difíceis para os alfabetizando, pois eles aprendem as maiúsculas e só depois são levados a escrever a letra cursiva, todas cheias de curvas

e ligadas umas nas outras.

Para completar o quadro, o Conselho Nacional de Educação editor, há alguns nos, novas regras curriculares para esse mesmo ensino fundamental, já tão combatido: ele “recomenda fortemente” que nenhuma criança seja reprovada a partir de 2011. Ora, se está, comprovadamente, havendo dificuldade na alfabetização por ter havido mudança no sistema de ensino, implantar a aprovação automática vai piorar as coisas.

É isso que nossos governantes querem? O ensino, a educação no Brasil estão mesmo condenados à falência. Os estudantes chegam às universidades cada vez menos preparados. Será por que interessa que as pessoas não tenham cultura e instrução, não saibam se comunicar e se contentem com a falta de educação, de saúde, de segurança, de justiça, votando nesse governo que aí está?

* Escritor e editor

» Artigos podem ser enviados para redacao@correlolageano.com.br com assunto “Artigo do Leitor” e tamanho de 2.400 caracteres.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 23/01/2015
Assunto: Piso		Página: Online



AINDA HÁ ESTADOS QUE NÃO CUMPREM A LEI DO PISO DO PROFESSOR

Minas, Rio Grande do Sul e Rondônia não pagam salário de R\$ 1.917,78 fora gratificações; descumprimento não tem punição

Fonte: IG

Sete anos após a aprovação da lei do piso nacional, três Estados brasileiros ainda não cumprem o valor instituído como base. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rondônia usam gratificações para alcançar o salário mínimo da carreira, o que é ilegal.

No início de janeiro, o governo federal divulgou o reajuste de 13% no salário, que chegou a R\$ 1.917,78 para 40 horas de trabalho semanais de um professor com ensino médio. O valor deve ser praticado a partir deste mês.

O levantamento foi feito pelo iG com as secretarias estaduais das 27 Unidades da Federação, com sindicatos da categoria e, no caso das quatro redes que não responderam, foram usados os dados do último levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), feito em abril de 2014.

No Rio Grande do Sul, um professor com ensino médio recebe R\$ 1.260,20 por uma jornada de 40 horas semanais. O valor era 34,67% abaixo do piso nacional em 2014. Para chegar ao piso nacional, o governo paga um completivo até completar R\$ 1.697 (valor do ano passado).

"O problema desse completivo é que sobre ele não incide nenhum direito, como o FGTS ou a aposentadoria. E o completivo distorce ainda a carreira do Estado", aponta Helenir Aguiar Oliveira, do Centro de Professores do Rio Grande do Sul (Cpers/Sindicato).

Nesta quinta-feira, os representantes do sindicato se reúnem com o governo do Estado para negociar o salário da categoria e o reajuste. No início do ano, o Secretário de educação Vieira da Cunha participou de uma reunião no Ministério da Educação em que pediu apoio federal para que pudesse adotar o piso e dar o reajuste.

Briga antiga



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na rede estadual de Minas Gerais, os professores com ensino médio e jornada de 40 horas semanais recebem hoje R\$ 2.061,68, valor acima do piso nacional. O problema é que esse total é pago em uma remuneração unificada, que inclui o valor-base do salário e gratificações. O modelo foi aprovado em uma lei em 2011, durante a gestão anterior, e questionado pelo Sindute (sindicato local).

O governo atual, com a secretaria de educação Macaé Evaristo, confirma que a remuneração contraria a legislação federal e que precisa ser adequado à lei nacional de 2008. Para isso, no dia 13 de janeiro foi publicado um decreto estadual que cria uma Comissão de Estudos para Pagamento do Piso Salarial dos Servidores da Educação, com representantes do governo e do sindicato local.

Em Rondônia, o salário dos professores com ensino médio de 40 horas semanais foi de R\$ 1.536,36, em janeiro. O valor estava já abaixo do piso nacional instituído no ano passado (R\$ 1.697). Para complementar, os docentes recebem R\$ 280 mensais como gratificação. Até a publicação dessa matéria, a secretaria de educação não havia respondido se havia previsão para adoção do piso nacional.

Horário do professor não é respeitado

Outro ponto da Lei do Piso que não é cumprido integralmente por todas as redes estaduais e municipais é a hora-atividade. De acordo com a legislação nacional, um terço do tempo de contrato do professor deveria ser cumprido fora de sala de aula: com preparação para as aulas, correção de exercícios, reuniões etc.

Na rede estadual do Pará, a categoria tem direito a apenas 25% de seu tempo para atividades extraclasse. No Espírito Santo, o tempo para hora-atividade é de 28% da jornada.

"A jornada ampliada é outra forma de desvalorizar a carreira e reduzir o salário. A rede obriga que o professor trabalhe mais horas do que a jornada pela qual recebe", afirma o professor da UFRGS Juca Gil, pesquisador do tema.

Sem punição, valorização do professor fica no papel

O descumprimento da lei, no entanto, não tem punição prevista e a fiscalização deve ser feita pelo Ministério Público.

A política de valorização da carreira docente instituída pelo MEC dobrou o salário do professor em sete anos, que passou de R\$ 950 em 2008 para R\$ 1.918 em 2015. No entanto, a lei não prevê de onde saem os recursos.

Para o presidente da CNTE, Roberto Leão, é preciso que o governo federal "crie um regime de compromissos estabelecidos entre municípios, Estados e a União para que a lei seja efetivamente colocada em prática".

A situação é ainda mais grave nas redes municipais, que dizem não ter dinheiro para cumprir a lei. Atualmente, os municípios reúnem 1.138.890 professores e gastam, em



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

média, 24% de seu orçamento com os professores, segundo dados da Confederação Nacional de Municípios.

De acordo com a CNM, nos próximos anos a receita do Fundeb (fundo destinado à educação básica) não será suficiente para remunerar os professores. Enquanto o piso nacional foi reajustado em 101,9% de 2008 para 2015, as receitas do Fundeb cresceram apenas 85%.

A pesquisadora do Observatório de Remuneração Docente Maria Dilneia Fernandes, da UFMS, aponta, no entanto, que a reclamação não é verdadeira para todas as cidades.

"Nossos dados de pesquisa mostraram que as políticas do Fundeb tiveram um impacto positivo tanto em receitas estaduais e municipais. Com o contexto macroeconômico positivo nos últimos dez anos, tivemos um cenário adequado para o pagamento do piso. A alegação não é verdadeira para todo mundo."

Leão comenta que é importante rever o uso do dinheiro da pasta nos municípios, principalmente nos menores. "A educação acaba sendo a grande financiadora da máquina pública nos municípios. Há muitos trabalhadores de educação desviados para outras funções, em outras secretarias, e que continuam recebendo da pasta de educação."

Leia matéria no site original aqui

Lei do Piso melhorou salário inicial do professor, mas achatou carreira docente Criada em 2008, a lei que institui um piso nacional para os professores da educação básica de todo o País aumentou o salário inicial de docentes, mas provocou em muitas redes o achatamento da carreira docente. O piso oficial para 40 horas semanais, que era de R\$ 950 em 2008, chegou a R\$ 1.917,78 com o reajuste anunciado pelo Ministério da Educação em janeiro deste ano.

"O piso de fato aumentou o salário dos professores no Brasil. De 2008 para cá, nos municípios e nos Estados mais pobres do país representou aumento de 50%, 60% e até 70%. Em especial, em municípios da região Norte e Nordeste. Nos Estados mais ricos, o aumento não foi estrondoso. Por outro lado, percebemos uma tendência de redução da diferença salarial entre o início e o fim da carreira, houve um achatamento", aponta Juca Gil, pesquisador do Observatório da Remuneração Docente e professores da UFRGS.

O valor, obrigatório para todas as redes municipais e estaduais, no entanto, ainda não é cumprido por muitas prefeituras e, ao menos, por 3 governos estaduais (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rondônia).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"A diferença entre nível médio e nível superior foi reduzida, antes do piso você não via isso. Isso desestimula a progressão e também desestimula a escolha da carreira", considera Gil.

Na rede estadual da Bahia, por exemplo, o salário base para um professor com formação de ensino médio era de R\$ 1.860,55 em janeiro deste ano. Para um professor com licenciatura, o valor base é de R\$ 1.860,84, segundo informou a secretaria de educação do Estado.

Piso ou teto

"O Rio Grande do Sul é um caso clássico porque o governo até paga o valor do piso, mas com gratificação, contrariando o que está na lei. As gratificações não são incorporadas quando a pessoa se aposenta e sobre elas não incidem nenhuma promoção", pontua o presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação, Roberto Leão.

Outra tendência vista na pesquisa feita pelo Observatório de Remuneração Docente é a redução de benefícios ao longo da carreira do professor. "Percebemos também que benefícios para professores de carreira longa quase desapareceram na reformulação da carreira", indica Gil. Como exemplo, ele fala sobre a redução da jornada dentro de sala de aula para docentes em fim de carreira. "A rede aumentou o piso e isso está fazendo com que não sobre dinheiro para jogar para cima na carreira."

"Tem município que cumpre na íntegra o piso e a hora-atividade e chega lá no final da carreira, os salários estão todos congelados", afirma Maria Dilneia Fernandes, pesquisadora da UFMS.

Para o CNTE, além do valor do piso é preciso discutir os planos de carreira para tornar a docência mais atrativa. Uma das necessidades apontadas é a valorização dos profissionais que vão à universidade. "A diferença entre o professor de nível médio e de nível superior deve ser de ao menos 50%", indica Leão.

O salário médio do professor ainda é muito menor do que o de profissionais de mesma formação. Dados da Pnad 2012, presentes no Relatório de Observação sobre as Desigualdades na Escolarização do Brasil, apontam que em média o docente de educação básica ganha o equivalente a 51% dos salários de outros profissionais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 23/01/2015
Assunto: Leitura		Página: Online



OPINIÃO: A AUSÊNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR E O MEIO MILHÃO DE ZEROS NO ENEM

"A biblioteca escolar pode fazer com que o novo slogan governamental - "Brasil, Pátria Educadora" - seja algo real e factível", afirma Murilo Bastos Cunha

Fonte: Correio Braziliense (DF)

Nos últimos dias, uma das notícias mais comentadas no Brasil foi o fato de que na prova de redação do Exame Nacional do Ensino médio (Enem) 529.373 estudantes tiraram zero. Dos 6.193.565 estudantes que prestaram o Enem em 2014, 8,5% zeraram a prova de redação, enquanto apenas 250 conseguiram a nota máxima. Esse meio milhão de notas zero é um número chocante e provocou inúmeras reações na mídia, reclamações dos Professores e dirigentes das Escolas e também do público em geral.

Nas notícias que li e nos programas de rádio ou de televisão que tive a oportunidade de ouvir ou assistir não vi nenhuma menção à falta de biblioteca nas Escolas do Ensino fundamental e médio. Aqui, não valeria a pena especular se esse meio milhão de zeros não teve como um dos fatos geradores a ausência da biblioteca Escolar? Será que esse meio milhão de jovens brasileiros não foi privado de usar o potencial informativo dessas bibliotecas? Será que a falta desse espaço de leitura e estudo também não provocou perdas perante os Professores desses jovens?

É sabido que, em nosso país, a biblioteca não faz parte dos componentes de uma Escola. Em decorrência disso, em 2010, foi aprovada a Lei nº 12.244, dispondo que até 2020 toda Escola deveria ter biblioteca.

Como sabemos, em nosso país existem leis que pegam e outras que são letras mortas. Em 2012, tentando fazer com que a Lei nº 12.244 pegasse, o Instituto Ecofuturo lançou a campanha "Eu quero a minha biblioteca". Dados dessa importante e cívica iniciativa mostraram que:

— para a lei ser cumprida no prazo, 53 bibliotecas deveriam ser construídas por dia no Brasil;



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— O estado com menor percentual de bibliotecas por Escolas era o Maranhão: apenas 12,6% das Escolas tinham bibliotecas. Já o Rio Grande do Sul, com 62,4%, era o com maior percentual.

Dados do Instituto Ecofuturo mostraram correlação positiva entre a existência da biblioteca na Escola e a qualidade do aprendizado por parte dos Alunos: “o impacto chega a ser de 156% de melhoria no índice de aprovação Escolar e de 46% na redução da taxa de abandono”.

A triste realidade da falta de biblioteca é agravada pelo baixo hábito de leitura. Não estou falando somente dos Alunos que, atualmente, ficam mais antenados nas redes sociais acessadas pelos telefones celulares. Falo também da formação precária dos Professores que, geralmente, não são leitores. Assim, muitos mestres não motivam seus Alunos a lerem, pois eles também não são leitores regulares.

Além da criação da biblioteca Escolar, é importante se pensar nos recursos humanos qualificados para gerir o local. Similar à Educação física, em que não se pensa em contratar profissional que não seja graduado, na biblioteca é básico que se pense no bibliotecário e no assistente. Eles são profissionais habilitados a dinamizarem esse espaço no ambiente Escolar. Na unidade de Ensino que conta com esse serviço é salutar que se pare com a ineficaz tradição de deslocar para o setor Professores com algum problema de saúde, senhoras grávidas ou mesmo os alérgicos ao pó do giz. Sem o devido pessoal qualificado, não poderá cumprir o importante papel que lhe é reservado no contexto Escolar.

Quer um exemplo da importância da leitura? Pois bem. O tema de redação da última prova do Enem, essa que teve meio milhão de notas zero, foi “publicidade infantil em questão no Brasil”.

A ideia de que as bibliotecas são componente essencial no processo educativo é aceita por todo Educador. No entanto, como vimos anteriormente, é pequeno o percentual das Escolas que têm esse vital equipamento. Anísio Teixeira, um dos grandes Educadores brasileiros, no modelo da Escola Nova, defendeu, a uns 70 anos atrás, a biblioteca como algo importante na moderna Escola. Será que ainda teremos que esperar mais 70 anos para a biblioteca ser integrante da Escola brasileira?

A biblioteca Escolar pode fazer com que o novo slogan governamental — “Brasil, Pátria Educadora” — seja algo real e factível. Nosso país precisa de muita leitura, de bons livros, impressos ou eletrônicos, de boas bibliotecas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/01/2015
Assunto: Pacto		Página: Online



Pacto pela Alfabetização terá novo ciclo a partir de abril

Está previsto para abril o início do terceiro ciclo do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, promovido pelo Ministério da Educação em parceria com universidades públicas e os sistemas de ensino de estados e municípios. O curso, presencial, qualifica professores das redes públicas da educação básica que lecionam em turmas de alfabetização, do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental.

Na primeira etapa do pacto, em 2013/2014, os professores receberam formação em letramento; na segunda, em 2014/2015, em matemática, curso que será concluído em março próximo, de acordo com informações da Secretaria de Educação Básica (SEB). O terceiro ciclo, que será desenvolvido em 2015 e 2016, vai abordar as demais áreas do conhecimento de forma integrada, com o objetivo de promover a educação integral das crianças.

De acordo com dados da coordenação de formação continuada de professores da SEB, dos 317.207 educadores inscritos no ciclo do letramento, 313.598 concluíram o curso; no ciclo de matemática, que está em fase final, 311.194 educadores estão em aula e devem finalizar a formação em março próximo.

A qualificação dos docentes alfabetizadores tem duração de 120 horas por ano, com metodologia que propõe estudos e atividades práticas. Os encontros são conduzidos por orientadores de estudos, que são professores das redes públicas a que os alfabetizadores estão vinculados.

PARCERIA - O Pacto pela Alfabetização na Idade Certa é realizado por uma parceria que reúne quatro segmentos com responsabilidades compartilhadas: o Ministério da Educação, uma rede de universidades públicas federais e estaduais, as redes estaduais e municipais e os professores alfabetizadores.

São responsabilidades do MEC os encargos das bolsas de estudos pagas aos alfabetizadores e das demais bolsas – para educadores das universidades envolvidas na formação, aos coordenadores no pacto nos estados, Distrito Federal e municípios e aos professores orientadores dos cursos em cada município. Também é atribuição do ministério providenciar, produzir e distribuir cadernos de formação dos educadores e enviar material didático, paradidático, dicionários, obras literárias e jogos às escolas que tenham classes de alfabetização.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Cabe às instituições públicas de ensino superior que aderiram ao pacto – hoje elas são 41 e representam as cinco regiões do país – coordenar, supervisionar e qualificar os professores formadores. As tarefas dos estados, Distrito Federal e municípios que aderiram ao pacto são criar condições para que os alfabetizadores tenham acesso à formação continuada, designar coordenadores das ações do pacto em âmbito estadual e municipal e selecionar alfabetizadores experientes em cada rede para orientar os cursos.

As escolas também têm responsabilidades no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Elas devem liberar os educadores para a formação, presencial, e fazer avaliação diagnóstica anual das suas turmas de alfabetização.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/01/2015
Assunto: Sisu		Página: Online



Sisu 2015 bate recorde com registro de 2,58 milhões de inscritos

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) registrou, até as 15 horas de hoje (22), 2.589.112 inscritos, novo recorde do sistema. O número superou o total de inscritos no Sisu do primeiro semestre do ano passado: 2.559.987.

O curso de direito na Universidade Federal Fluminense continua no topo das notas de corte do Sisu, conforme a última relação, divulgada nesta madrugada. A nota de corte na ampla concorrência é 827,4 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

São consideradas as instituições que ofertam vagas integralmente pelo Sisu e que não atribuíram bonificação às notas dos estudantes.

Em seguida, com 821,8 pontos, está o curso de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As inscrições terminam às 23h59 de hoje. Para quem ainda não se inscreveu, a recomendação é não deixar para a última hora. A inscrição é feita pela internet, no portal do Sisu.

O sistema oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. Para concorrer, é preciso ter feito o Enem em 2014 e não ter tirado 0 na redação.

Na primeira edição deste ano, o Sisu oferece 205.514 vagas em 5.631 cursos. O resultado será divulgado dia 26. Os candidatos que não forem selecionados, poderão ainda participar da lista de espera, de 26 de janeiro a 6 de fevereiro.

Veja a lista das dez maiores notas de corte:

1. Direito na Universidade Federal Fluminense - 827.4
2. Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro - 821.8
3. Engenharia química na Universidade Federal do Rio de Janeiro - 818.93
4. Engenharia Aeronáutica na Universidade Federal de Uberlândia - 814.44
5. Medicina na Universidade Federal de Pernambuco - 810.14
6. Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais - 809.24
7. Medicina na Universidade Federal de Ouro Preto - 807.86
8. Ciências econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro - 803.97
9. Medicina na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - 803.96
10. Medicina na Universidade Federal de Uberlândia - 801.78